



ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2024

## RECURSO ADMINISTRATIVO

ACRE COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 63.605.653/0001-14, por intermédio de seu representante legal, o Sr. CHANDYLES BRUNO DE ALMEIDA OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF: 005.976912-23, RG: 10825843-SSP/AC, recorremos contra o ato em que habilita a proposta e habilitação da empresa da empresa BRANDAO AUTOMOVEIS LTDA (CNPJ 42.066.831/0001-06), com nossas seguintes alegações.:

### I - DOS FATOS.

A empresa foi declara vencedora no item 1 (veículo tipo sedan), apresentando veículo da marca TOYOTA.

No momento da sessão questionamos via chat o item 4.3 referentes a comercialização de veículos.

4.3 A licitante deverá comprovar o cumprimento integral da Lei 6.729/79 que preceitua que os veículos novos somente poderão ser comercializados pelas concessionárias, nos moldes da lei, com exceção a vendas diretas pelos fabricantes a clientes especiais, conforme artigos 1º e 12 da Lei 6.729/79.

No momento do questionamento a empresa BRANDAO AUTOMOVEIS LTDA, se manifestou sobre o questionamento realizado pela empresa ACRE COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA, que a empresa estaria tumultuando o processo.

De 42.066.831/0001-06 - Sr. Pregoeiro! A empresa Acre Comercio está tentando tumultuar o certame a todo momento com inalações. Aconselho ao licitante estudar um pouco Direito, visto que o TCU julgou improcedente a representação que a Concessionária entrou contra a empresa de Revenda. Inclusive o próprio TCU entendeu ilegal a exigência da aplicação da Lei 6.729 nas contratações públicas onde envolvem recurso federal. Espera o momento de RECURSO, não fique tumultuando.

BRANDAO AUTOMOVEIS LTDA, anexou em sua habilitação o ACÓRDÃO 1510/2022.

Fomos em busca do julgamento do Acórdão citado, e verificamos que se trata de uma representação realizada pela empresa CARMO VEÍCULOS LTDA pela sua desclassificação no certame. Se trata de um PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 certame redigido pelo Município de Águas Formosas/MG.

O PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020, não tinha em seu ato convocatório a inclusão da Lei 6.729.:

As empresas que concorrem aos processos licitatórios sabem muito bem como é o procedimento do pregão presencial, porém a empresa CARMO VEÍCULOS LTDA, realizou sua participação perante o certame encaminhando seus documentos via Sedex, porém esqueceu de encaminhar juntamente com o envio do pacote seu processo de credenciamento e sua habilitação, o que ocasionou a sua desclassificação no certame.

A empresa que se sagrou vencedora no certame foi a empresa MABELÊ COMÉRCIO DE VEÍCULOS-EIRELI, processo redigido na lei antiga senhores.

A empresa CARMO VEÍCULOS LTDA, cometeu vários erros perante o certame, entre eles são.:

1º - Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação por parte da empresa para exigência no ato convocatório do certame a inclusão da Lei 6.729;

2º - A empresa cometeu falhas na confecção de sua habilitação, esquecendo de encaminhar seu processo de credenciamento e habilitação no certame.

**ACRE COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CNPJ: 63.605.653/0001-14**

Rodovia BR 364, 4245- Corrente – Cep 69900-970 – TEL: (068) 3214-7000 – FAX: (068) 3214-7099 – Rio Branco – AC  
e-mail: [dep.licitacao@gruporaviera.com.br](mailto:dep.licitacao@gruporaviera.com.br)

Que não é o caso do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2024, elaborado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Cujo mesmo faz a menção da exigência da apresentação da Lei Nº 6.729/79.

4.3 A licitante deverá comprovar o cumprimento integral da Lei 6.729/79 que preceitua que os veículos novos somente poderão ser comercializados pelas concessionárias, nos moldes da lei, com exceção a vendas diretas pelos fabricantes a clientes especiais, conforme artigos 1º e 12 da Lei 6.729/79

Observamos também que nenhuma empresa protocolou pedido de esclarecimento ou impugnação quanto ao ato convocatório do certame, a única empresa que apresentou pedido de esclarecimento foi a NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.

Lembrando senhores que o processo foi redigido na nova Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

No sistema verificamos o “RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES”, observem que todas as empresas participantes do certame declararam que atendia aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

**ii. Declarações para fins de habilitação**

**Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.**

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

É muito comum os licitantes não observarem as exigências editalícias, e assinam declarações que atendem aos requisitos de habilitação. Como não ocorreu nenhum pedido de esclarecimento ou impugnação quanto ao cumprimento da Lei Nº 6.729/79, todos firmaram a declaração que atendiam os requisitos de habilitação, ou seja, concordaram com a exigência do certame.

Verificamos que administração optou para que o certame licitatório fosse realizado com base na nova lei de licitações e contratos, Lei nº 14.133/2021, conforme art. 191.

"Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.



O ACÓRDÃO 1510/2022, apresentado no certame foi julgado na antiga Lei de licitações, a saber a Lei 8.666/1993, a qual não deve se mesclar com o processo em questão aqui.

É notório que a lei que rege este certame é a NLLC, Lei nº 14.133/2021 e não mais a Lei nº 8.666/93, que mesmo em período de transição, não há que se mesclar ambas, a passo que existem outras leis e decretos em vigor que são aplicados de forma subsidiária ou concomitante, sempre visando manter a norma de um processo licitatório, seja ele qual for sua modalidade.

A Lei nº 14.133/2021, por mais que seja a principal reguladora deste processo, administração pública pode e tem o direito de incluir condições que lhe asseguram a contratação mais segura e eficiente.

Induzindo a comissão a realizar o PARECER Nº 8/2024/DEESOP/PREFCAM, em desconformidade com a lei NLLC, Lei nº 14.133/2021.

O edital foi elaborado para aquisição de veículos novos, zero quilômetro, fabricação nacional, modelo e fabricação 2024 ou posterior, e logo percebemos que administração se sujeitou as normas específicas que regulam a aquisição destes.

No caso em questão, a comercialização de veículo novo (zero km) é regulamentada pela Lei Ferrari (nº 6.729/79), que preceitua que os veículos novos somente poderão ser comercializados pelas concessionárias, nos moldes da lei, com exceção a vendas diretas pelo fabricante a clientes especiais, conforme se pode observar nos artigos 19 e 12 da Lei 6.729/79, in verbis:

"Art. 1º. A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.

Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda."

Dessa forma, quando o veículo for revendido por não concessionária ou não fabricante (que também se caracteriza como consumidor final), a administração pública, estaria descaracterizando o conceito jurídico de veículo novo.

Não obstante isso, a deliberação 64/2008 do CONTRAN em seu anexo, define "veículo novo" como veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento".

A fim de dar segurança jurídica a aquisição nos termos da Portaria nº. 525/2019/DETRAN, publicado no DOE nº, 27.533 no dia 25/07/2019, página 39,

Ocorre, que seguindo as regras do Sistema RENAVAM, conforme podemos extrair do artigo 19 do CTB, as informações indicadas no pré-cadastro do veículo não correspondiam a nota fiscal para emplacamento. Antes da publicação da Portaria, os registros de emplacamento figuravam como proprietário anterior a fábrica e proprietário atual o órgão público que licitou. A empresa vencedora da licitação sequer apareceria na cadeia sucessória de registro do veículo. Seguindo as disposições do artigo 19 e 22, ambos do CTA providenciamos a atualização sistêmica e bloqueamos o emplacamento desses veículos por meio de nota fiscal não condizente com os dados registrados pela fábrica ao realizar o pré-cadastro do veículo,


Mediante as assertivas acima, o veículo novo somente poderá ser comercializado por concessionária ao consumidor final, ficando claro que o fato de ser revendido por uma não concessionária descaracteriza o conceito jurídico de veículo novo ZERO KM, conseqüentemente não poderá ser efetuado o primeiro emplacamento em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, mas sim em nome da empresa que o adquiriu com posterior transferência da posse do mesmo para o adquirente que se tornara seu segundo proprietário, sendo assim, o veículo terá seu primeiro emplacamento em nome da empresa que o adquiriu e não em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE.

Realizamos algumas pesquisas e encontramos algumas matérias, e nos deparamos com uma denúncia realizada pela empresa BRANDAO AUTOMOVEIS LTDA.

**FOLHAMAX**  
MAIS QUE NOTÍCIAS, FATOS.

Terça-Feira, 30 de Agosto de 2022, 23h58  
DIRECIONADOS  
Empresa aciona TCE por fraude em pregão de R\$ 4,2 milhões em MT  
Conselheiro negou liminar, mas mandou investigar certame

DIEGO FREDERICI  
Da Redação



O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MT), Domingos Neto, manteve uma licitação na prefeitura de Sinop (501 KM de Cuiabá), que pretende adquirir veículos para uso das secretarias municipais. O valor estimado pelo poder público municipal no negócio é de R\$ 4,2 milhões.

Segundo uma publicação do TCE/MT desta terça-feira (30), uma empresa questiona na Corte de Contas exigências do edital de licitação que estariam restringindo a participação de interessados no negócio. [Conforme a empresa \(Brandão Automóveis Ltda\)](#), essas exigências feitas na gestão de Roberto Dörner (Republicanos) fariam com que só fabricantes ou concessionárias autorizadas estivessem habilitadas ao certame.

"Tais exigências são ilegais, na medida em que possibilitam que apenas empresas fabricantes e ou concessionárias autorizadas participem do certame, o que constitui restrição ao caráter competitivo da licitação, pois impede a participação das empresas revendedoras de veículos, como é o caso da ora representante", defende a empresa nos autos.

O conselheiro Domingo Neto reconheceu em sua decisão que o tema é polêmico e não possui unanimidade nas Cortes de Contas brasileiras quando o assunto é a aquisição de veículos 0 KM. Assim, só após a fase instrutória do processo (produção de provas) poderá esclarecer a divergência.

"A par dessa contextualização, compreendo que a própria controvérsia jurisprudencial a respeito do tema – ora admitindo a exclusividade das concessionárias e fabricantes na comercialização de veículos novos, ora entendendo ser indevida tal imposição, por si só, afasta o fumus boni iuris", ponderou o conselheiro.

A discussão continua no TCE/MT, que posteriormente, ao julgar o mérito, poderá suspender ou dar continuidade à licitação. Segundo o edital da prefeitura de Sinop estão previstas as aquisições de caminhonetes cabine dupla, SUVs, utilitários, motocicletas e outros veículos.

Fonte: FOLHAMAX  
Visite o website: <https://www.folhamax.com/>

Lendo a matéria realizada pela FOLHAMAX, a empresa BRANDAO AUTOMOVEIS LTDA, protocolou sua denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/MT), alegando a restrição de competitividade no certame licitatórios.

Após a denúncia o TCE — MT - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso já se posicionou sobre o assunto, senão vejamos:

"o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no Processo nº 233544/2016, a Lei Ferrari, a deliberação do CONTRAN nº 64/2008 e a Portaria nº 525/2019 do DETRAN, no sentido de que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final." (Grifamos).

Assim, mediante os ditames previstos na Lei Ferrari nº 6729/79, o DETRAN-MT publicou a Portaria nº 525/2019/GP/DETRAN-MT que dispõe sobre a nota fiscal a ser considerada no ato de registro e emplacamento de veículos, vejamos:

"Considerando que a venda de veículo automotor novo (zero quilômetro) deverá ser realizada somente pelo fabricante ou pelo concessionário (revendedor autorizado pela fábrica) diretamente ao consumidor final, resolve:



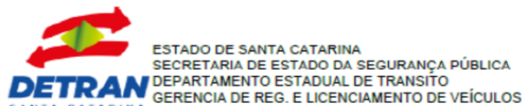
Art. 19 Estabelecer que somente será considerada como nota fiscal válida, para fins de registro/emplacamento de veículo, as notas fiscais faturadas por pessoa jurídica com CNPJ idêntico ao CNPJ informado pelo fabricante na Base de Índice Nacional - BIN, correspondente ao campo "CNPJ de Faturamento".

§1º A variação de CNPJ entre a pessoa jurídica responsável pela emissão da nota fiscal e o CNPJ indicado na BIN somente será aceita para os casos de variação entre CNPJ da matriz e CNPJ da filial.

Desta feita, com base na presente portaria, a empresa que não for concessionária, não irá conseguir realizar o emplacamento do veículo em nome da SEDEC- MT, visto que, por não se tratar de fábrica ou concessionária, não conseguirá inserir o CNPJ da SEDEC-MT na base de índice nacional BIN.

Como podemos observar a empresa BRANDAO AUTOMOVEIS LTDA (CNPJ 42.066.831/0001-06) é sediada no estado de Mato Grosso, e verificando a impossibilidade de realizar vendas para o seu estado. A empresa busca encontrar entidades públicas fora do seu estado para realizar suas vendas comerciais.

Vários estados já adotaram a Lei Ferrari nº 6729/79, temos o exemplo a região sul, por exemplo o estado de Santa Catarina. Publicou sua própria portaria através do OFÍCIO Nº 395/DETRAN/SC/DIET/2020. Como foi o caso também do estado de Mato Grosso citado aqui.



OFÍCIO N.º 395/DETRAN/SC/DIET/2020

Florianópolis, 14 de Dezembro de 2020.

Prezado(a) Senhor(a),

Sirvo-me do presente para informar que o DETRAN de Santa Catarina implantou no sistema DETRANNET a crítica de CNPJ do faturado na BIN na abertura de processos veículos zero quilômetro.

Esta crítica consiste em só permitir o registro de um veículo zero quilômetro quando o CNPJ da nota fiscal e faturado na BIN for do fabricante ou da concessionária da marca, conforme previsto na [Lei Nº 6.729/1979](#), conhecida também como Lei Ferrari, alterada pela [Lei Nº 8.132/1990](#).

Este procedimento foi adotado, pois veículos estavam sendo adquiridos por empresas que não são concessionárias da marca ou por transformadores, que adquiriam o veículo em seus nomes, emitiam nova nota fiscal, alteravam o CNPJ na BIN e comercializam para terceiros, sendo muitos destes Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais.

Desta forma solicito ampla divulgação perante as Prefeituras do Estado de Santa Catarina para que atentem a esta regra quando forem licitar/adquirir veículos, pois os que estiverem em desacordo com esta regra não poderão ser registrados, podendo causar prejuízos aos cofres públicos.

Atenciosamente,

Sandra Mara Pereira  
Diretora do Detran/SC

Como as empresas declinaram seu direito de realizar seus pedidos de esclarecimento e impugnações, elas perderam o direito de reclamar posteriormente de quaisquer reclamações posteriores quanto a suas desclassificações.

Conforme o item 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que.:

**ACRE COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CNPJ: 63.605.653/0001-14**

Rodovia BR 364, 4245- Corrente – Cep 69900-970 – TEL: (068) 3214-7000 – FAX: (068) 3214-7099 – Rio Branco – AC  
e-mail: [dep.licitacao@gruporaviera.com.br](mailto:dep.licitacao@gruporaviera.com.br)



7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

#### DO PEDIDO

Como podemos observar a empresa BRANDAO AUTOMOVEIS LTDA, não é concessionaria autorizada da marca TOYOTA, impossibilitando sua habilitação no presente certame. Solicitamos a desclassificação pelo não cumprimento do item 4.3.

Rio Branco/Acre, 20 de Maio de 2024.

---

CHANDYLES BRUNO DE ALMEIDA OLIVEIRA (PROCURADOR)  
ACRE COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA  
CNPJ Nº 63.605.653/0001-14